

**MENSAGEM/607**

Rio Grande, 11 de dezembro de 2023.

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 131, que **ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 8.914/2022 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO JUNTO À AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD, COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Justificamos o presente Projeto de Lei considerando a solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o nome do Programa na lei autorizadora (Programa Cidade do Futuro) diverge daquele que consta da Resolução COFIEX nº 45, de 25/10/2022 e do contrato de empréstimo negociado (Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade do Rio Grande - RIO GRANDE 2030). Diante disso, é necessário que se promova uma alteração na lei autorizadora, de modo que esta passe a descrever o programa com a denominação Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade do Rio Grande - RIO GRANDE 2030.

O termo Programa Cidade do Futuro pode ser mantido na lei, desde que seja incluída a denominação Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade do Rio Grande - RIO GRANDE 2030.

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA CIDADE**

**Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 131, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 8.914/2022 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO JUNTO À AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD, COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterado o Art. 1º da Lei Municipal nº 8.914, de 13 de dezembro de 2022, passando o mesmo a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, com a garantia da União, até o valor de 58.593.750 EUR (cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta euros), cujos recursos destinam-se ao **Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade do Rio Grande - RIO GRANDE 2030**, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 11 de dezembro de 2023.

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

**Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação**